



## Uma cidade em mudança: A evolução do comércio de retalho de Lisboa no final da Monarquia

Daniel Alves (IHC-FCSH/NOVA)

### Introdução

Uma parte significativa das mudanças sociais e económicas que estavam a ocorrer nas cidades europeias na passagem do século XIX para o século XX foi resultado do crescimento demográfico que as mesmas sofreram nessa época. Estes fatores tiveram influência determinante na reorganização do espaço urbano e implicaram mudanças na geografia económica e social das cidades. Lisboa não foi exceção e o comércio de retalho da cidade, depois de uma fase de crescimento, na década de 1880, atravessou uma crise nos anos finais da centúria. Isto ocorreu enquanto a cidade se transformou, com a expansão urbana para novas áreas de modo a acomodar um afluxo crescente de habitantes. Através de uma análise à distribuição geográfica do comércio de retalho, entre 1878 e 1910, procurar-se-á compreender o impacto destas dinâmicas. O estudo baseia-se, essencialmente, na análise de informação recolhida na série documental Licenças para Estabelecimentos de Comércio e Indústria, depositada no Arquivo Municipal de Lisboa (Arco do Cego). Os dados foram tratados e analisados através de ferramentas de análise e estatística espacial, nomeadamente, sistemas de informação geográfica.

Estudar as características e a evolução do comércio de retalho em Lisboa e, em particular, na fase de crise por que este passou na década de 1890, permite revelar elementos representativos do que era o mundo do pequeno comércio lisboeta nas últimas quatro décadas da Monarquia. Em simultâneo, permite destacar a hipótese que da crise terá decorrido, em parte, uma mudança no alinhamento político dos lojistas de Lisboa, sempre conotados com a esquerda monárquica e com o radicalismo, caminhando nessa altura para um posicionamento mais radical, através do qual, em estreita sintonia com a propaganda republicana, começaram a dar importância a outros valores e a ver na Monarquia, nos governos e parlamentos monárquicos a causa dos seus insucessos e angústias e o alvo privilegiado do seu ressentimento político.

Deste modo, a possibilidade de analisar com algum detalhe esta dinâmica e o momento particular de crise vivida no final do século XIX, viabilizada pela existência das fontes já mencionadas é uma oportunidade de observar o comércio de retalho, ajudando a revelar a sua estrutura interna, o grau de resistência à crise, bem como a sua localização geográfica, entre outros aspetos. Tão ou mais importante do que estes objetivos será verificar que consequências este tempo de crise teve na perceção de perda de independência, conceito que era a “imagem de marca” da pequena burguesia comercial de finais do século XIX, e em que medida essa perceção terá contribuído para a sua aproximação aos republicanos, anunciadores da boa nova de um Estado mais poupado em termos económicos, menos exigente em matéria fiscal e mais liberal no campo social e político<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Geoffrey Crossick e Heinz-Gerhard Haupt referem, precisamente, a estreita relação entre “independência e crise” e as vantagens de estudar esta última para um conhecimento mais detalhado da pequena burguesia industrial e comercial. CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard (eds.) - *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*. London: Methuen, 1984, p. 10, 12 e 14.

Começando por fazer algumas observações sobre a evolução geral dos quantitativos de estabelecimentos comerciais, destacar-se-á de seguida o período de crise da década de 1890. Serão depois dados mais alguns pormenores sobre a distribuição do pequeno comércio pela cidade, em termos qualitativos e geográficos. No final, uma análise destas duas dimensões, a evolução quantitativa e a distribuição qualitativa, conjugada com a evolução demográfica, entre 1878 e 1911, vai permitir realçar as linhas gerais do que seria o pequeno mundo dos lojistas lisboetas.

As chamadas licenças para estabelecimentos de comércio e indústria vão ser fontes decisivas para esta abordagem e caracterização, sendo que listagens semelhantes sobre pagamento de impostos ou taxas municipais foram utilizadas para estudos análogos no estrangeiro, nomeadamente sobre os merceiros de Paris. Porém, tal como para a capital francesa, no caso de Lisboa colocava-se o problema do excesso de informação, pois a sua quantidade (em média cerca de 15 mil licenças em cada ano) e a falta de outra organização que não seja o número sequencial de registo requerem “uma verdadeira equipa de investigadores” e um tempo de recolha de dados excessivo<sup>2</sup>. Todavia, as informações arquivadas no *Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos* não podem ser negligenciadas, na medida em que permitem uma quantificação geral do número de estabelecimentos “de porta aberta” existentes na cidade em cada ano e a recolha desses valores possibilita verificar a evolução geral do comércio retalhista de Lisboa entre a década de 1870 e 1911. Para além disso, tendo sido alvo de um tratamento estatístico detalhado, levado a cabo pela própria Câmara Municipal, nos anos de 1887 e 1893, estas fontes são essenciais para ficar a conhecer o que representava o pequeno comércio da cidade de Lisboa na fase final da Monarquia.

### O imposto de licença de comércio e indústria em Lisboa

A cobrança de um imposto de licença para a venda de géneros e mantimentos na cidade tinha sido definida em posturas medievais e regulada por várias disposições régias, entre os séculos XIV e XVIII. Em 1736, a Câmara Municipal, aparentemente para fazer face às dívidas que não conseguia amortizar, decidiu ampliar o imposto das licenças, abrangendo um maior número de atividades comerciais e aumentando as taxas respetivas. Porém, tal como seria frequente no final do século XIX, esta alteração aos impostos que afetavam particularmente a atividade comercial sofreu uma forte oposição, tendo chegado a haver manifestações frente ao Senado da Câmara e no Terreiro do Paço e ameaças à integridade física de alguns senadores. A movimentação popular levou a que se adiasse o aumento do imposto, entrando em vigor apenas no ano de 1740. Em 1766 foi definido um formulário para a sua cobrança e regulou-se a taxa a pagar que diferia consoante o tipo de géneros vendidos e a localização, mais ou menos privilegiada, do ponto de venda. Apesar de contestado, por gerar “confusão e vexação na sua cobrança”, este formulário, com ligeiras alterações ao longo do século XIX, ainda se mantinha em vigor em 1869, ano em que foi publicado um novo código de posturas camarárias em Lisboa<sup>3</sup>.

Porém, para os lojistas lisboetas da segunda metade do século XIX esse formulário já não fazia sentido, pois a forma de organização do pequeno comércio tinha-se alterado e as lojas, em boa parte dos casos, não se dedicavam exclusivamente à venda de um único género, ou de um número restrito de géneros, pelo que a aplicação do modelo que vinha do século XVIII não era considerada adequada ao pequeno comércio dos tempos modernos. Perdera-se, entretanto, a característica especialização que tinha, inclusive, levado à definição de ruas específicas para cada tipo de loja, na reestruturação da Baixa levada a cabo pelo Marquês

<sup>2</sup> FAURE, Alain - The grocery trade in nineteenth-century Paris: a fragmented corporation. In CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard (eds.) - *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*. London: Methuen, 1984, p. 161. O autor reconhece que “as listas nominais do pagamento dos impostos constituiriam, é claro, as melhores fontes” para o estudo do número de lojas e da sua evolução.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1882, p. 134-138; CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*. Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1895. (1). vol. I, p. 13-14.

de Pombal após o Terramoto de 1755<sup>4</sup>. O fenómeno, aliás, era comum a outros países europeus, onde o lojista era cada vez menos um “comerciante especializado” num determinado tipo de produto e sim um fornecedor de um amplo conjunto de produtos e serviços, como começou a acontecer em Inglaterra, por exemplo, a partir de meados do século XIX, na Alemanha, ou na Itália, onde a mudança era sentida, em particular, nas lojas de mercearia que viam aumentar a diversidade de produtos oferecidos à clientela<sup>5</sup>. Também em Paris os lojistas estavam a adaptar-se a novas formas de comércio, desaparecendo o “camiseiro de ontem para logo emergir a loja de roupas de homem”, na qual às camisas se podiam juntar “as gravatas, as meias, as bengalas e os chapéus”<sup>6</sup>. Para Lisboa, um dos exemplos que expressa bem esta mudança era o que estava a acontecer com o comércio de produtos de pele, antigamente exclusivo da classe dos peleiros, mas “presentemente generalizado pelas casas de confeções, luveiros, mercadores, etc.”<sup>7</sup>.

Tendo em conta o recuar da especialização, cada vez mais se dava o caso de um lojista ter de pagar várias taxas, tirar várias licenças para poder fazer negócio na sua loja. Isto porque o formulário definia um conjunto de taxas diferentes, de acordo com o produto vendido, consoante a sua venda era por miúdo ou por grosso, em loja, em tenda ou venda ambulante, variando ainda, em alguns casos, com a localização do lugar de venda<sup>8</sup>. Tal facto, aos olhos dos lojistas, tornava o imposto um “anacronismo”, lembrando “épocas e governos de opressão”, pois impunha restrições à liberdade de comércio e desigualdades fiscais. De acordo com o testemunho de 1872 de um dos indivíduos que mais se empenhou na abolição do antigo formulário, João Marques da Costa, era necessário acabar com a obrigação dos lojistas pagarem “uma taxa por cada género que expõem à venda”, que era especialmente onerosa para as pequenas lojas que vendiam uma grande variedade de produtos, “enquanto que os lojistas de grossas transações, simplesmente porque nos seus estabelecimentos comportam menos artigos, pagam uma taxa” mais reduzida. Dava como exemplo da injustiça precisamente o caso de uma mercearia que, para funcionar, tinha de pagar 15 taxas diferentes, o que nos bairros mais pobres equivalia, na sua perspetiva, a que o imposto de licença acabasse por ser mais elevado do que a própria contribuição industrial<sup>9</sup>.

<sup>4</sup> “O decreto de 5 de Novembro de 1760, que distribuiu os comerciantes por arruamentos, e que muito especificamente determinou que a Rua Nova de El-Rei serviria «para nela se arruarem os mercadores da corporação de capela, ficando as lojas que sobejassem para mercadores de loiça da Índia, de chá e dos mais artigos do seu tráfico», fixou os mesmos princípios para os outros seguintes novos arruamentos: a Rua Augusta, para os mercadores de lã e sedas; a Rua Áurea ou do Ouro, para os ourives do ouro, relojoeiros e volanteiros; a Rua Bela da Rainha ou da Prata, para os ourives da prata e para os diversos livreiros que antes viviam na sua vizinhança; a Rua Nova da Princesa, Bela da Princesa ou dos Fanqueiros, para os mercadores de lençaria ou fancaria, e as lojas que sobejassem, para quinquilharias; a Rua dos Douradores, para os douradores, bate-folhas, latoeiros de lima e ainda para mercearias, tabernas, etc.; a Rua dos Correiros, da Correaria Nova ou Travessa da Palha, para os ofícios de correiro, seleiro e torneiro; a Rua dos Sapateiros ou do Arco do Bandeira, de um dos lados para os sapateiros que serviam a plebe, e do outro para acomodação de correiros, seleiros e torneiros; a Rua de S. Julião ou dos Algibebes, para acomodação destes industriais; a Rua da Conceição ou dos Retroseiros, para capelistas de lojas de retos; a Rua de S. Nicolau como a da Vitória, para lojas de quinquilharias; a Rua da Assunção, para siqueiros de chapéus e de agulha; e a Rua de Santa Justa, para mercadores de lã e seda, que não tivessem possibilidades de se acomodar na Rua Augusta.”. Cf. COSTA, Mário - *Da Rua Nova à Rua dos Capelistas*. Lisboa: Tip. Soc. Ind. de Tipografia, 1953, p. 25–26.

<sup>5</sup> WINSTANLEY, Michael J. - *The shopkeeper's world, 1830-1914*. Manchester: Manchester University Press, 1983, p. 123; DENECKE, Dietrich; SHAW, Gareth - Traditional retail systems in Germany. In BENSON, John; SHAW, Gareth (eds.) - *The Evolution of retail systems, c. 1800-1914*. Leicester: Leicester University Press, 1992, p. 85; MORRIS, Jonathan - *The political economy of shopkeeping in Milan, 1886-1922*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 56.

<sup>6</sup> NORD, Philip G. - *Paris shopkeepers and the politics of resentment*. Princeton: Princeton University Press, 1986, p. 84.

<sup>7</sup> Associação Comercial de Lojistas de Lisboa (ACLL) - Relatório e contas de 1888, p. 22–23. A afirmação surge numa representação da classe dos peleiros contra a forma como estavam classificados nas tabelas da contribuição industrial, a qual mereceu o apoio da ACLL.

<sup>8</sup> *Formulário das novas Licenças em que se acha declarado o que annualmente se deve pagar...* Typografia Maigrense, 1823, p. 9. Apesar de terem sido feitas várias pesquisas, este foi o único exemplar do antigo formulário das licenças que foi possível encontrar. Sabe-se contudo, que ele foi sofrendo alterações e acrescentos ao longo do tempo. Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a História do Município de Lisboa*, p. 138; CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*. vol. I, p. 14.

<sup>9</sup> O testemunho foi reproduzido no *Diário de Notícias*, numa altura em que João Marques da Costa exercia o cargo de 1º secretário da Assembleia-geral da ACLL. O papel deste confeiteiro em toda a questão acabaria por ser reconhecido pela própria ACLL e pela “classe” dos lojistas de Lisboa, com a atribuição da categoria de sócio benemérito, em sessão da assembleia-geral de 13 de março de 1873, e com a oferta de um “tinteiro em prata (...) pelos serviços que aquele cidadão lhe prestou na questão das licenças.” *Diário de Notícias*, no. 2414, 8 de outubro de 1872; no. 2564, 15 de março de 1873; no. 2566, 17 de março de 1873; COSTA, João Marques da - *Questão acerca das licenças industriaes ou O arbitrio retorcendo e acalquinhando a Lei de 14 de Maio de 1872 documentos que provam a illegalidade com que a Câmara de Lisboa está cobrando as taxas das licenças municipaes compilados por...* Lisboa: Typographia Universal, 1873, p. 49.

Posturas	Taxas			
	Renda inferior a 50\$000 réis exclusive	Renda de 50\$000 a 100\$000 réis exclusive	Renda de 100\$000 a 200\$000 réis	Renda superior a 200\$000 réis
4 de novembro de 1872	1\$560	2\$760	4\$560	\$240 réis sobre a última taxa, por cada acréscimo de 10\$000 réis na renda
16 de dezembro de 1886	1\$600	2\$800	4\$600	\$240 réis sobre a última taxa, por cada acréscimo de 10\$000 réis na renda

**Quadro 1 - Taxas das licenças expedidas pela Câmara Municipal de Lisboa.**

O assunto só acabaria por ser definitivamente resolvido com a postura de 4 de Novembro de 1872, publicada em Edital de 13 de março do ano seguinte, que regulamentou a cobrança do “Imposto de licença para estabelecimentos”, baseando-se em “taxas graduadas” a cobrar sobre o valor das rendas pagas pelos lojistas<sup>10</sup>. A partir de 1873, então, todo o “estabelecimento de venda, troca ou aluguer de quaisquer objectos ou valores; para casa de empréstimos sobre penhores; para hospedarias e para casas de guarda de animais ou coisas” ficava sujeito à cobrança de taxas variáveis que eram indexadas ao montante da renda paga pelo estabelecimento (quadro 1). Até à proclamação da República, esta forma de controlo camarário sobre o comércio da cidade de Lisboa só voltou a sofrer alterações em 1886, por portaria de 16 de dezembro, aumentando os valores das taxas cobradas e reformulando o que a Câmara Municipal agora entendia por comércio de “porta aberta”, passando a ser considerado como tal todo “o estabelecimento, loja, escritório ou semelhantes, do concelho de Lisboa, aonde se realizem quaisquer transacções comerciais sobre objectos ou valores, ou mediante remuneração ou pagamento se prestem serviços ao público” (quadro 1)<sup>11</sup>.

### A evolução geral do comércio “de porta aberta” em Lisboa (1878-1911)

A alteração das taxas e a maior abrangência introduzida nos tipos de estabelecimentos que ficavam sujeitos às licenças, associadas à recente reforma administrativa da cidade, levaram a Câmara Municipal de Lisboa, na sequência de um pedido do vereador Augusto Fuschini, a incumbir José Joaquim Gomes de Brito “de levantar o cadastro do comércio e indústria de porta aberta” existente em 1887 em Lisboa. O critério para esse levantamento era o da contagem “de todos os estabelecimentos que na cidade existiam (...) com licença desta Câmara.”<sup>12</sup> O cadastro justificava-se, no fundo, porque o “ano de 1887 foi o primeiro em que a anexação dos antigos concelhos de Belém e Olivais à área da capital começou a vigorar definitivamente”, depois da reforma administrativa de 1885/1886, sendo óbvia a necessidade camarária de conhecer convenientemente a nova área e, principalmente, os novos comerciantes que ficariam a partir de agora também sujeitos ao imposto de licença de estabelecimentos<sup>13</sup>.

Em junho de 1887 Gomes de Brito apresentou um relatório preliminar sobre a distribuição desta taxa na área da antiga circunvalação, ou seja, sem contar com as freguesias dos antigos concelhos de Belém e Olivais. O trabalho acabaria por ser alargado a toda a cidade levando à cópia dos “talões das licenças” desse ano, “um a um”, depois ordenados por “freguesias, e, dentro destas, por classes” profissionais ou de negócio. Em

<sup>10</sup> A postura foi aprovada em sessão camarária do mesmo dia. Cf. *Jornal do Comércio*, no. 5707, 8 de novembro de 1872; OLIVEIRA, Eduardo Freire de - Elementos para a História do Município de Lisboa, p. 138–139; CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*. vol. I, p. 14.

<sup>11</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*. vol. I, p. 23-24.

<sup>12</sup> *Ibid.* p. 6.

<sup>13</sup> *Ibid.* p. 24 e 54.

seguida, foram eliminadas as duplicações devidas à periodicidade mensal ou semestral de algumas licenças e apurou-se, por fim, para a área da antiga circunvalação um total de “8514 solicitantes”, a que se juntavam mais 1523 na zona entretanto anexada à cidade, totalizando 10037 estabelecimentos que constituíam o número final do “arrolamento geral dos lojistas e mais comerciantes” de Lisboa em 1887. Seis anos mais tarde, recorrendo à mesma fonte e a igual técnica de contagem, o mesmo Gomes de Brito contaria 10508<sup>14</sup>.

Seriam estes 10 mil estabelecimentos o número real do comércio de “porta aberta” então existente em Lisboa? Representa certamente um valor bastante aproximado, que talvez peque por defeito, em especial o de 1887, como parece sugerir o próprio Gomes de Brito, mas sem que o desvio seja tão significativo que impeça a utilização destes números, como se verá pela confrontação com outras fontes da época, para a exposição do quadro genérico da evolução do pequeno comércio lisboeta à época. Contudo, o funcionário camarário não deixou de apresentar os seus cuidados, o que, em certa medida, ainda valoriza mais o seu esforço estatístico e justifica a utilização dos valores neste trabalho. Assim, em novembro de 1889, tendo surgido reclamações “contra o serviço de fiscalização do Imposto de Licença para Estabelecimentos”, críticas que foram levadas, inclusive, para as discussões das sessões camarárias, Gomes de Brito redigiu uma informação ao Administrador da Fazenda Municipal, ainda Augusto Fuschini, datada de 30 desse mês, onde reafirmava “a opinião, aliás bem fundada, de que há um grande número de estabelecimentos, quer em lojas, quer em andares, escapos ao imposto.” Isso devia-se, na sua opinião, a duas ordens de factores: à fuga ao imposto por parte dos lojistas, os quais deveriam ser obrigados “ao cumprimento da Postura”, e à “imperfeição da fiscalização”, resultante da falta de “matrizes” e da necessidade de “completa remodelação” do serviço de Fazenda da Câmara. Gomes de Brito tinha ainda a percepção de que existia “um grande número de lojistas” que não se limitava “nem a um só estabelecimento, nem a um só género de negócio.”<sup>15</sup>

O vereador José Martinho da Silva Guimarães que, em 1895, recebeu e analisou todo o trabalho de Gomes de Brito reforçou a ideia de que não havia certezas sobre a real representatividade destes números. “Obedeceram porém à lei todos os estabelecimentos que se abriram nas 44 freguesias do actual circuito de Lisboa? Não é possível afirmar que sim, nem dizer que não; a repartição não tem meio algum de responder categoricamente à pergunta”<sup>16</sup>. A própria Associação Comercial de Lojistas de Lisboa (ACLL) apontava para valores superiores que, no entanto, levavam em conta o número de licenças e não o número efetivo de lojas. Em 1891, Gil Carneiro, presidente de uma comissão de protesto entretanto criada pela Associação contra o aumento do gás, falava na existência de cerca de 16000 licenças de estabelecimentos registadas<sup>17</sup> e, em 1892, os corpos gerentes afirmavam representarem “uma classe que só em Lisboa compreende mais de 15000 estabelecimentos”<sup>18</sup>. Porém, é preciso contextualizar estes dois números, pois foram indicados em momentos de protesto e de defesa do orgulho ferido, onde o objetivo era demonstrar a força e a influência da classe dos lojistas e da ACLL, no primeiro caso, frente à poderosa Companhia do Gás de Lisboa e, no segundo, em resposta a um discurso crítico de um deputado Progressista. Para além disso, tudo aponta para que a contabilidade destes valores tenha sido obtida do total de licenças registadas que, como se viu, era maior do que o número dos estabelecimentos efetivos, por causa das “duplicações” de que falava Gomes de Brito e que este acabaria por eliminar no seu trabalho.

Apesar destas dúvidas, outros testemunhos da época acabam por não se afastar muito dos números obtidos pela contagem de Gomes de Brito, estimando, em 1891, “a massa total dos comerciantes de Lisboa” em

<sup>14</sup> *Ibid.* p. 55; CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*. Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1895. (1). vol. II, p. 34-39.

<sup>15</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*. vol. II, p. 45 e 48.

<sup>16</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*. vol. I, p. 6. O vereador refere-se ainda à totalidade das freguesias que então compunham o concelho de Lisboa pois, nesse mesmo ano, Camarate e Sacavém deixariam de fazer parte do município, passando a capital a contabilizar 42 freguesias até 1910. Cf. ALVES, Daniel - *Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX - SIGMA, SIG e Modelação de Dados Aplicados à História de Portugal*. In *eSIG2004, VIII Encontro de Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica*. Oeiras: USIG, 2004, p. 8.

<sup>17</sup> *O Século*, no. 3484, 14 de outubro de 1891. Este valor é efectivamente verdadeiro, pois a consulta dos livros de registo das licenças de estabelecimentos no Arquivo Municipal, aos quais o lojista deve ter tido acesso, permitiu verificar a existência nesse ano de 16352 licenças.

<sup>18</sup> ACLL - *Desaggravo do commercio de Lisboa: resposta da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa ao discurso pronunciado na Camara dos Senhores Deputados em sessão de 23 de Fevereiro de 1892 pelo Ex. mo Sr. F. J. Machado*. Lisboa: Typ. e Stereotypia Moderna, 1892, p. 21.

cerca de 8000<sup>19</sup>, a rondar os 7900<sup>20</sup> ou em número “superior a 10000”<sup>21</sup>. Gomes de Brito, aliás, não escondia o orgulho pelo seu trabalho, declarando que ninguém “ainda fora capaz de organizar, antes de 1887, um Recenseamento – um só que fosse! – das lojas e mais estabelecimentos”<sup>22</sup>. Como se viu, em 1893, acabaria por repetir o feito usando a mesma metodologia, não tendo sido possível encontrar outra fonte que forneça uma informação tão detalhada sobre a distribuição quantitativa, qualitativa e geográfica do pequeno comércio de Lisboa no período estudado<sup>23</sup>.

É possível ainda comparar os dados de Gomes de Brito com a contagem das atividades ou profissões que podem ser classificadas como lojistas nas listas de “indústrias coletadas” com a contribuição industrial publicadas no *Anuário Estatístico de Portugal*. De acordo com a análise das mesmas, apurou-se para 1890 um total de 7798 lojistas para o concelho de Lisboa, aumentando para 8243 dez anos depois<sup>24</sup>. Tendo em conta que se trata de listas de cariz fiscal é natural que os montantes indicados sejam por defeito, resultado de algumas isenções e de uma natural fuga ao imposto. Neste ponto, novamente o testemunho de Gomes de Brito é útil pois, em 1892, ao comparar o seu “cadastro” com as classificações de lojistas registadas no *Anuário Estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas*, acabou por concluir que havia alguns “contribuintes do Estado, que não tiraram licença municipal”, sendo perfeitamente legítimo supor que o mesmo se passaria em sentido oposto<sup>25</sup>.

Tendo em conta o total de “lojistas e mais comerciantes” referido por Gomes de Brito para 1893 (10507) e sabendo através dos livros de registo das licenças de estabelecimentos da CML que no mesmo ano foram requeridas 16155 licenças, então, é possível, num cálculo simplificado, elaborar uma série sobre a evolução do número de lojistas para os restantes anos, sabendo à partida o número total de licenças. No fundo, através de uma regra de equivalências aplicou-se a todos os valores recolhidos a eliminação de duplicações referida por Gomes de Brito. É óbvio que este tipo de cálculo não leva em conta fatores que talvez pudessem distorcer a estimativa feita, como sejam um menor ou maior nível de fuga à fiscalização camarária ou a existência de várias lojas para um mesmo lojista, porém, conta com um elemento muito importante para assegurar que o resultado seja bastante fiável: o facto de o formulário e as regras para a obtenção de licença de estabelecimentos se terem mantido estáveis ao longo de todo este período, como já foi destacado. Utilizaram-se os valores de lojistas para 1893 pois, como se observou ao descrever o trabalho de Gomes de Brito, eles parecem ser mais fiáveis que os de 1887, em especial, pela proximidade entre o primeiro “cadastro” e as alterações administrativas de Lisboa, de 1885, que poderão ter influenciado uma subavaliação desses totais. As datas limite usadas para a elaboração da série apresentada no gráfico 1 foram escolhidas tendo em conta a comparação que mais à frente será feita com os dados populacionais disponibilizados pelos censos.

A tendência geral que é possível verificar numa primeira observação é a de um aumento do número de lojistas na cidade de Lisboa, entre 1878 e 1911. Contudo, apesar de na aparência ser muito simples, o gráfico pode levar a alguns equívocos e deve ser explicado com algum detalhe. Primeiro que tudo, é necessário referir que 1878-1885 e 1886-1911 correspondem a realidades distintas pois, apesar de se falar sempre do concelho de Lisboa, este é bastante diferente nos dois períodos em causa, abarcando 34 freguesias no primeiro período e 44/42 no segundo. Um outro aspeto a ter em conta é que a alteração das licenças levada

<sup>19</sup> *O Lojista*, no. 45, 22 de agosto de 1892. Este valor, aliás, seguia de perto o que era indicado no parecer da Comissão Revisora de Contas da ACLL que, em Maio de 1892, considerava “que o número de comerciantes em Lisboa não é inferior a 8000”. ACLL - *Relatório e contas de 1891*, p. 25.

<sup>20</sup> Valor publicado pelo *Diário Popular*, no. 8793, 27 de outubro de 1891, correspondente a uma estatística, que o jornal tinha “por verdadeira”, dos métodos de iluminação das lojas em Lisboa, muito provavelmente, resultante dos trabalhos das subcomissões paroquiais que na altura a ACLL activou para controlar a chamada “greve do gás”. Havia, então, “1546 estabelecimentos iluminados a gás e 6313 iluminados a outra luz.”

<sup>21</sup> ACLL - *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*, no. 48, novembro de 1891, p. 4.

<sup>22</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*. vol. I, p. 17.

<sup>23</sup> No Arquivo Municipal de Lisboa (Arco do Cego) estão depositados os originais dos “talões” de licenças de estabelecimentos que os lojistas eram obrigados a solicitar todos os anos à CML. É uma série documental impressionante, pela riqueza e volume de informação, que começa em 1866 e termina já no Estado Novo, em 1937, mas cujo tratamento exigiria um esforço não compatível com as restantes tarefas de investigação para este texto. Para cada ano existem, em média, cerca de 15 mil talões, encadernados de forma completamente aleatória que dificultam qualquer tarefa de contagem mais simples, como seja, o número de licenças por freguesia ou por tipo de loja, sem uma recolha integral de dados. Não é por acaso que o “cadastro” dos lojistas só foi elaborado nestes dois anos! Apesar disso, como se apresentará de seguida, foi possível elaborar uma contagem anual do número total de licenças para um período bastante alargado. Neste ponto cabe um agradecimento aos técnicos do Arquivo pelas facilidades e boa vontade que demonstraram no processo de recolha destes dados, tendo em conta que cada ano da série era composto, em média, por 12 a 16 volumes de talões encadernados.

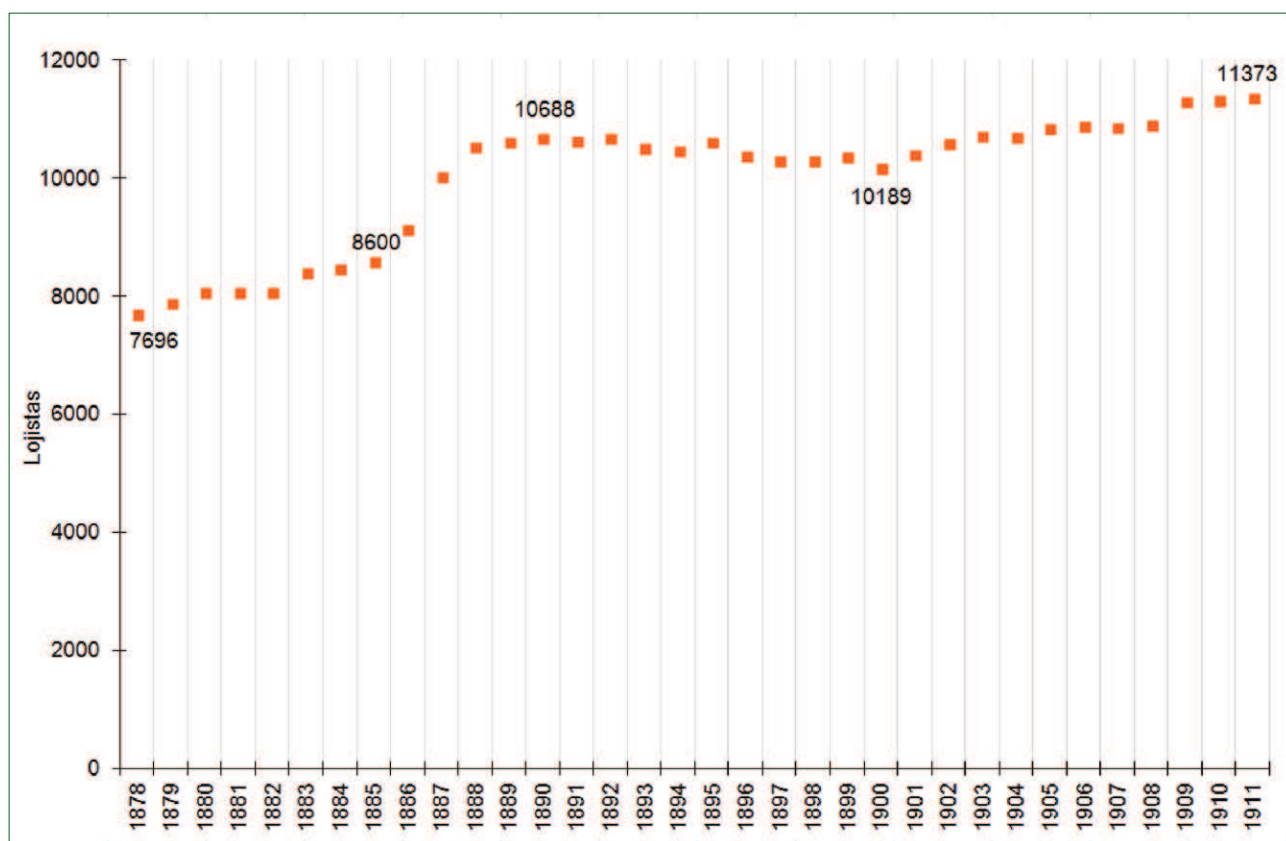
<sup>24</sup> *Anuário Estatístico de Portugal*, 1892 e 1900.

<sup>25</sup> *Comércio de Portugal*, no. 3783, 28 de fevereiro de 1892.

a cabo em Dezembro de 1886, com uma mudança no que a partir daquela data passou a ser entendido por “estabelecimento” de comércio e indústria pelos serviços camarários, veio por certo colocar sob a alçada da fiscalização um maior número de pequenos negócios que, muito provavelmente, ainda eram “escapos” a este imposto antes da reforma, para usar uma expressão de Gomes de Brito. O resultado das novas disposições era visto pela ACLL da mesma maneira, ao referir que “só lograrão escapar a este imposto três classes: os grandes proprietários, [os] capitalistas e os vadios”<sup>26</sup>.

Os dois fatores conjugados explicam o salto dado pelo número de lojistas entre 1885 e 1888. A diferença não terá ocorrido logo em 1886-1887, muito provavelmente, porque nesses anos os limites dos antigos concelhos eram ainda “imperfeitamente conhecidos na sua topografia, imperfeitamente conhecidos também na sua divisão municipal e administrativa”, para além de 1887 ser o primeiro ano da aplicação do imposto nas novas freguesias, o que pela “própria novidade do régimen então aplicado a esses dois concelhos contribuiu para minguar a efetividade de solicitações deste ramo por parte dos contribuintes a ele sujeitos.”<sup>27</sup> Depois desta data a postura municipal que regulava as licenças não voltou a sofrer modificações e mesmo a saída das freguesias de Sacavém e Camarate do concelho de Lisboa, em setembro de 1895, não terá representado uma diferença significativa pois, ainda segundo o trabalho de Gomes de Brito relativo ao segundo inquérito que produziu para 1893, o número de lojas nestas duas circunscrições representava somente cerca de 0,5% do total existente na capital no mesmo ano.

Tendo em conta estes cuidados na observação dos valores representados, é possível distinguir três momentos diferentes na evolução do pequeno comércio de Lisboa ao longo das últimas quatro décadas da Monarquia. Um primeiro corresponde a uma expansão do comércio de retalho na cidade, notória entre 1878 e 1885, com o número de lojistas a aumentar quase 12%, num ritmo de crescimento anual médio de cerca de 1,6%, o mais elevado dos três momentos analisados<sup>28</sup>. Após a transição de 1886/1887, o número terá atingido um primeiro pico em 1890, com quase 10690 lojistas estimados a partir das licenças para estabelecimentos registadas nos livros camarários.



**Gráfico 1** - Evolução do n.º de lojistas no concelho de Lisboa (1878-1911)<sup>29</sup>.

<sup>26</sup> ACLL - *Relatório e contas de 1887*, p. 49.

<sup>27</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*. vol. I, p. 54-55.

<sup>28</sup> A comparação é feita apenas entre aqueles dois anos, não levando em conta 1886 e 1887, pelos motivos acima expostos. Deste modo fica-se com a certeza de estar a comparar duas realidades iguais, ou seja, o mesmo concelho de Lisboa, com a mesma área geográfica, em dois momentos. O valor exacto da taxa de variação calculada é de 11,75%.

<sup>29</sup> Arquivo Municipl de Lisboa (AML) - *Licenças para Estabelecimentos de Comércio e Indústria, 1878-1911*.

Contudo, toda a década seguinte vai ser de crise, primeiro com uma estagnação, depois, entre 1895 e 1900, com uma queda efetiva do total de lojistas. No cômputo geral, este segundo momento (1890-1900) registou um crescimento negativo, sejam quais forem os anos que se escolham para a comparação entre a primeira metade da década e a segunda metade. Entre os dois anos extremos, a quebra equivale a quase 5%, registando um crescimento anual médio negativo de cerca de meio ponto percentual<sup>30</sup>. A escolha de 1890 como limite entre os dois primeiros momentos justifica-se pela instabilidade gerada na política, na economia e nas finanças portuguesas, fruto do *Ultimatum*, dos sucessivos governos e da crise financeira, tudo apontando para que este ano não fosse “apenas mais um acidente financeiro, mas que efectivamente” tenha marcado “uma viragem na vida portuguesa”<sup>31</sup>. Viragem que vai ser muito visível no caso dos lojistas de Lisboa, representando a última década do século XIX, efetivamente, uma época de crise ou, pelo menos, de interregno do crescimento para a classe dos lojistas de Lisboa.

O terceiro momento corresponde à primeira década do século XX, identificando-se um novo período de expansão dos quantitativos do comércio retalhista da capital, com um relevo particular para a passagem de 1908 para 1909. O número total de lojistas cresceu de pouco mais de 10400, em 1901, para quase 11400, em 1911, um crescimento de 9,1%, aumentando em média quase 0,9% ao ano<sup>32</sup>.

O panorama geral apresentado tem, como é óbvio, algumas matizes a explorar, mas desde já introduz, como ideia central, a constatação de que a evolução do pequeno comércio na cidade de Lisboa não se afastou do que foi, em linhas gerais, a evolução económica e financeira do país na mesma época, antes pode contribuir para reforçar e melhorar a perceção da mesma que foi traçada na historiografia portuguesa mais recente<sup>33</sup>. Mesmo que a dinâmica não seja exatamente coincidente, ano com ano, as tendências são as mesmas que foram destacadas por vários autores: expansão na década de 1880, retração ou crise nos últimos dez anos do século e novamente expansão, mas mais moderada, no primeiro decénio da nova centúria.

Rui Ramos, apesar de falar em “mitologia da crise”, no que em parte é acompanhado por Pedro Lains, refere que a seguir “a anos de grande prosperidade”, como teriam sido os de 1886 a 1889, se assistiu a um quadro de depressão económica e de crise financeira, entre 1892 e 1896, “com sinais de quebra em quase todos os sectores da economia.” A mudança parece ter chegado na viragem do século pois, a partir desta altura, com a ajuda da recuperação do câmbio da moeda brasileira, “Portugal revigorou-se.” As exportações animaram-se e o mesmo parece ter ocorrido nos sectores financeiro, da construção habitacional e dos transportes, levando, em 1904, o governo a declarar “que «o estado económico do país é próspero»” e, em 1909, a Associação Comercial de Lisboa a reconhecer “a prosperidade dos últimos cinco anos”, com vários sinais de recuperação na economia, entre eles, a “multiplicação das casas de comércio por grosso e a retalho”<sup>34</sup>. No fundo, o realce dado atrás ao aumento do número de lojistas, entre 1908 e 1909, justifica-se uma vez que o mesmo não passou sequer despercebido aos contemporâneos, reforçando ainda mais a validade da série coligida.

As duas últimas décadas da Monarquia em Portugal foram mais recentemente alvo de um conjunto de outras análises que, confirmando na sua maior parte as tendências expressas anteriormente, lhe introduziram algumas cambiantes. Conceição Andrade Martins, com base em trabalhos anteriores de outros autores, refere a presença de “uma nítida desaceleração a partir de finais da década de 1880 e uma recessão nos anos 1890”<sup>35</sup>. Pedro Lains parece mais cético quanto aos efeitos da crise financeira apontado para a hipótese do período que se lhe seguiu “não ter sido marcado por um abrandamento do crescimento económico”<sup>36</sup>. Em sentido contrário vai a caracterização que Eugénia da Mata e Nuno Valério fizeram do período entre

<sup>30</sup> O valor efetivo da taxa de variação é de -4,67%, a taxa de crescimento anual médio regista -0,48%.

<sup>31</sup> RAMOS, Rui - A crise. In REIS, António (ed.) - *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Alfa, 1996. vol. I, p. 550.

<sup>32</sup> A taxa de crescimento anual médio é de 0,88%, para 10423 lojistas (16024 licenças) em 1901 e 11373 (17485 licenças) em 1911.

<sup>33</sup> A ajudar na confirmação do que ficou expresso, veja-se a observação de Conceição Martins de que “o crescimento do sector comercial deve ter sido à medida do próprio crescimento económico nacional.” MARTINS, Conceição Andrade - Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*. Vol. XXXII, n.º 142 (1997), p. 497.

<sup>34</sup> RAMOS, Rui - *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. (História de Portugal, VI), p. 154, 169 e 230-232; RAMOS, Rui - A crise. vol. I, p. 549 e 565; RAMOS, Rui - *D. Carlos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 233.

<sup>35</sup> MARTINS, Conceição Andrade - Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913), p. 484.

<sup>36</sup> LAINS, Pedro - A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos. In MATOS, Sérgio Campos (ed.) - *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX: actas*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 59.



1891 e 1914, descrito como “uma nova época de estagnação” na economia portuguesa<sup>37</sup>. De notar, por fim, que a crise da década de 1890 e os seus efeitos foram destacados num estudo sobre a Associação Comercial de Lisboa, falando-se em “estagnação do crescimento económico em Portugal durante toda a década de noventa do século XIX”, apontada como uma conjuntura importante na “politização” do sector do grande comércio, normalmente mais conservador<sup>38</sup>. Esta observação, no fundo, vem reforçar a importância da análise do período para a compreensão das mudanças políticas ocorridas no seio do pequeno comércio que foram além de uma simples politização, em parte, devido à conjugação da crise com a maior tendência para o radicalismo que caracterizava os lojistas.

### População e lojistas: uma cidade, dois ritmos

Como se viu atrás, o número total de estabelecimentos calculado por Gomes de Brito terá passado de pouco mais de 10000 em 1887 para um valor ligeiramente acima dos 10500 em 1893 (quadro 2). Estes números indicam uma quase estagnação do pequeno comércio para o conjunto da cidade, coerente com o que foi possível verificar no gráfico 1 e pela comparação entre os ritmos de crescimento das décadas de 1880 e 1890. Mas os dados de Gomes de Brito permitem ainda fazer a distinção entre a zona da “antiga circunvalação”, ou seja, o antigo concelho de Lisboa até 1885, e a “zona anexada”, composta pelas freguesias dos extintos concelhos de Belém e Olivais, áreas onde estava ainda presente uma forte componente rural. Na primeira, a zona mais urbana, onde se concentrava a maioria esmagadora do comércio e, também, onde a ACLL sempre recrutou a quase totalidade dos seus sócios, o ritmo de crescimento do número de estabelecimentos, que no geral já é fraco, é ainda menor, ficando por uma taxa de crescimento anual médio de cerca de 0,5%. Pelo contrário, na zona anexada o ritmo era 5 vezes superior ao registado nas freguesias verdadeiramente citadinas e mantinha-se mesmo mais elevado do que o que tinha sido a evolução geral entre 1878 e 1885, detetada através dos totais de lojistas, quando estes cresceram a uma taxa de 1,6% ao ano.

Anos	Antiga circunvalação <sup>40</sup>	Zona anexada <sup>41</sup>	Total
1887	8514	1523	10037
1893	8757	1751	10508
<i>Dif.</i>	+ 243	+ 228	+ 471
<i>Dif. (%)</i>	+2,85	+14,97	+4,69
<i>TCAM (%)</i> <sup>42</sup>	+0,47	+2,35	+0,77

**Quadro 2** - “Arrolamento geral dos lojistas e mais comerciantes” de Lisboa (1887-1893)<sup>39</sup>.

A evolução do conjunto da cidade não surpreende se se tiver em conta o que foi o comportamento demográfico da capital ao longo do último terço do século XIX e no início do século XX (quadro 3). Ao observar-se o crescimento da população na totalidade das freguesias ressalta uma similaridade com a série dos lojistas,

<sup>37</sup> MATA, Maria Eugénia; VALÉRIO, Nuno - *História económica de Portugal: uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença, 2003, p. 162-178. De notar, contudo, que consoante se muda o arco temporal de análise assim mudam as conclusões sobre a economia portuguesa na transição dos séculos XIX e XX. Acrescentando ao que já foi referido, veja-se o que afirma Conceição Martins, por exemplo, tendo por base um estudo não publicado de Pedro Lains. “Apesar de em 1913 Portugal continuar «afundado no atraso económico» e se encontrar em pior situação do que cinquenta anos antes, não só porque tinha o rendimento per capita mais baixo da Europa ocidental, mas também porque, a preços constantes, o mesmo baixara nesse período relativamente à média dos países desenvolvidos, Pedro Lains atribuiu à economia portuguesa dos anos 1850-1913 uma «nota de bom comportamento».” Cf. MARTINS, Conceição Andrade - Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913), p. 483.

<sup>38</sup> SANTOS, Luís Aguiar - *Comércio e política na crise do liberalismo: a Associação Comercial de Lisboa e o reajustamento do regime proteccionista português, 1885-1894*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, p. 124 e 180.

<sup>39</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*. vol. I, p. 55. A fonte apresentava somente os valores absolutos para os dois anos, nas duas zonas; as diferenças e percentagens foram calculadas com base nos mesmos.

<sup>40</sup> Concelho de Lisboa até 1885.

<sup>41</sup> Área acrescentada ao concelho de Lisboa depois de 1885/1886.

<sup>42</sup> Taxa de Crescimento Anual Médio.

o que já tinha sido também observado quando se comparou esta última com a evolução económica da mesma época. No caso da população é notório um crescimento significativo entre 1878 e 1890 (recorde-se que a série relativa ao pequeno comércio tem também o seu melhor desempenho precisamente até ao final da década de 1880). O ritmo de crescimento diminuiu entre 1890 e o censo seguinte, como se verifica pela percentagem de crescimento anual médio, para acelerar novamente, na primeira década do século XX, mas a uma taxa mais moderada do que a registada nos primeiros 12 anos analisados (quadro 3).

Anos	Lisboa (concelho de 1911)			Lisboa (freguesias urbanas)			Lisboa (freguesias dos antigos concelhos de Belém e Olivais)		
	População	Índice	TCAM	População	Índice	TCAM	População	Índice	TCAM
1878	228624	100		198552	100		30072	100	
1890	298903	131	2,3	257922	130	2,2	40981	136	2,6
1900	356009	156	1,8	302639	152	1,6	53370	177	2,7
1911	435359	190	2,0	365081	184	1,9	70278	234	2,8

**Quadro 3** - População de Lisboa entre 1878 e 1911<sup>43</sup>.

Além disso, tanto na população, como no comércio (quadro 2), havia claramente duas cidades, dois ritmos distintos: um, mais lento, para a parte urbanisticamente mais consolidada, para as freguesias que correspondiam ao concelho de Lisboa de 1852-1885; outro, bastante mais rápido, para a nova área, para as freguesias que tinham vindo dos antigos concelhos de Belém e Olivais. Neste período, Lisboa cresceu, essencialmente, em “dois eixos (...)”: Olivais, a Oriente, Campo Grande e Lumiar, para norte.” Ao mesmo tempo, observa-se o progressivo “esvaziamento” populacional da Baixa e um “inferior (...)” ritmo de crescimento do número de fogos”, nas freguesias centrais<sup>44</sup>. A diferença entre “um «centro histórico» progressivamente *esvaziado* da sua população residente” e uma periferia “com índices de *crescimento* populacional extremamente elevados”, onde “se processará (...) uma progressiva ocupação residencial”, é um aspeto essencial da evolução demográfica da cidade<sup>45</sup>, o qual, como parece óbvio, teve influência na própria distribuição do pequeno comércio e nas alterações que este vai sofrer a partir da década de 1890.

Uma dessas alterações passa por uma redução ou um ritmo mais lento de crescimento do número de estabelecimentos comerciais no “centro” da cidade, em parte, influenciado pelo facto da antiga cidade “comercial” estar a perder peso demográfico em relação às outras áreas e, em especial, às novas zonas de expansão urbanística<sup>46</sup>. Ou seja, nos últimos anos da Monarquia, Lisboa não estava só a ver diminuir, ou a ver crescer mais lentamente a população no antigo “centro comercial”, como essa zona estava também a contrair-se em termos do número total de lojas existentes e a mudar significativamente algumas das suas características (quadros 2 e 3).

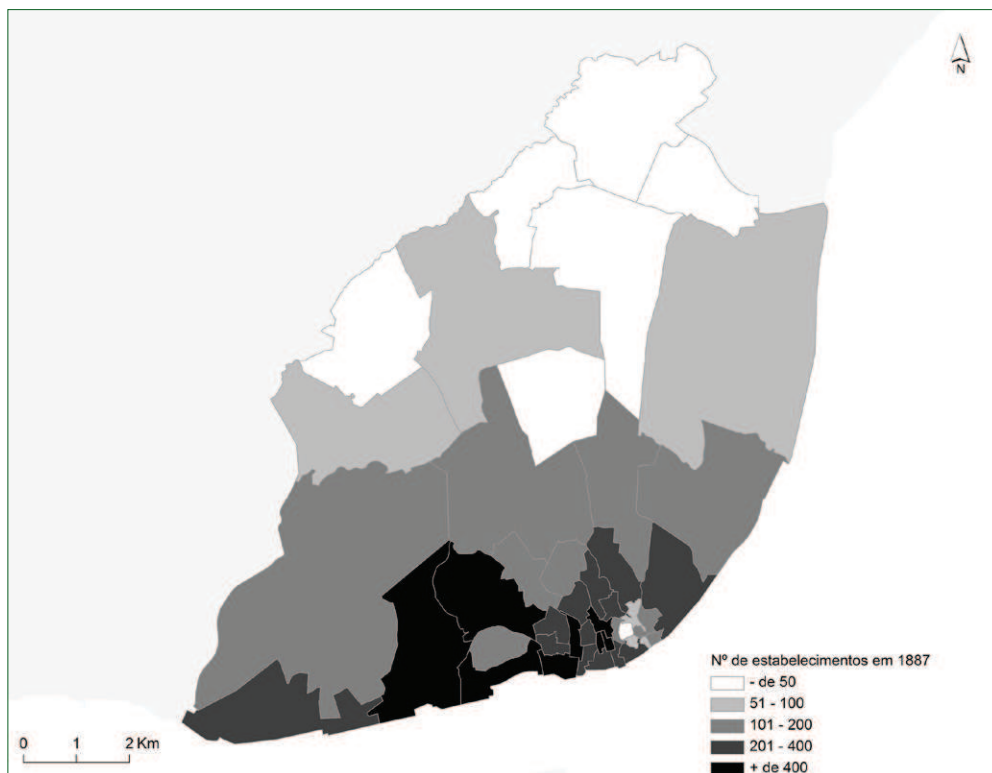
<sup>43</sup> Fonte: Censos da População de 1878, 1890, 1900 e 1911. Os dados demográficos correspondem ao total da população de facto. Foram recolhidos ao nível da freguesia de modo a possibilitar somas agregadas que correspondessem sempre a áreas geográficas iguais. Optou-se por comparar os dados dos vários censos tendo por base a área do concelho de 1911, por um lado, por ser esta a configuração mais próxima do que é o atual concelho de Lisboa e, por outro lado, porque assim se obtinha uma base verdadeiramente comparável ao longo dos quatro censos populacionais, tendo em conta que a área do concelho foi mudando nestes anos, só adquirindo uma certa estabilização no início do século XX. Para o ano de 1890 não foram incluídas as freguesias de Sacavém e Camarate, que integraram o concelho apenas entre os anos de 1886 e 1895, permitindo deste modo comparar a evolução populacional em áreas efetivamente equivalentes. No ano de 1878, a coluna “Lisboa (freguesias urbanas)” inclui a parte extramuros das freguesias de S. Isabel, S. Pedro em Alcântara, S. Sebastião da Pedreira e S. Jorge de Arroios que nessa data faziam parte dos concelhos depois extintos. Uma vez mais, o critério foi gerar áreas geográficas idênticas e comparáveis ao longo do tempo.

<sup>44</sup> RODRIGUES, Teresa - *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995, p. 73 e 77.

<sup>45</sup> FERREIRA, Vítor Matias - *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987, p. 95 (italico no original).

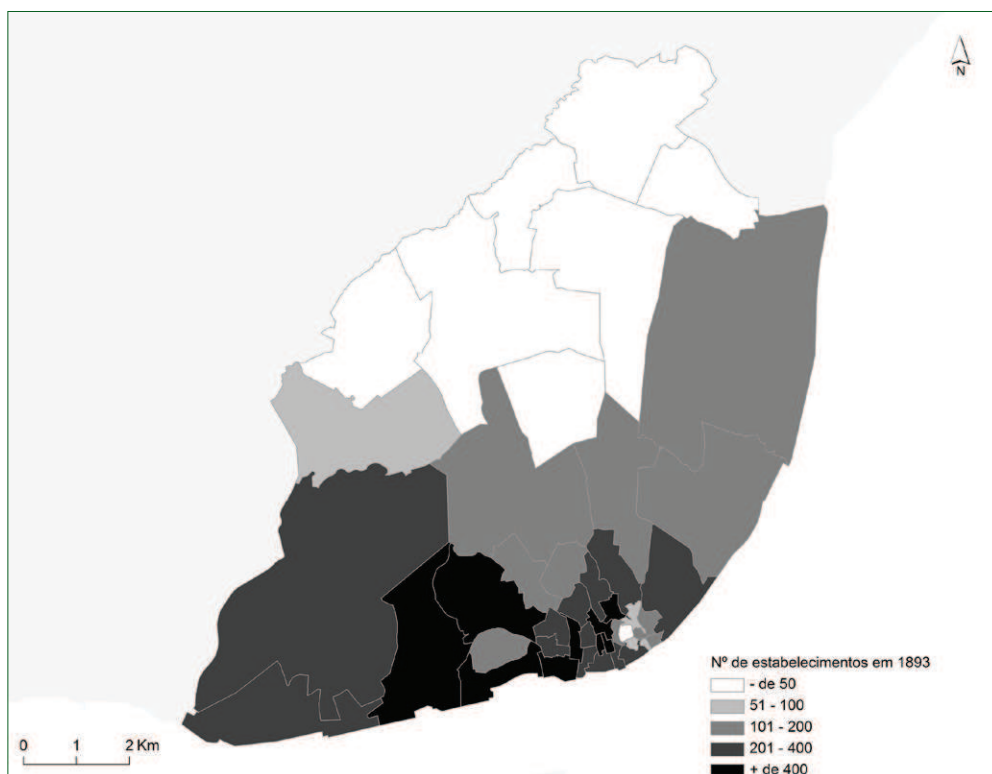
<sup>46</sup> *Ibid.* p. 95–96; RODRIGUES, Teresa - *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*, p. 69. De destacar ainda que a própria urbanização da cidade, medida através do índice de construção residencial, segue de muito perto as evoluções aqui traçadas. Cf. SILVA, Álvaro Ferreira da - *A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930)*. *Análise Social*. Vol. XXXI, n.º 136-137 (1996), p. 602-605.

**Mapa 1** - Número de estabelecimentos por freguesias em 1887.

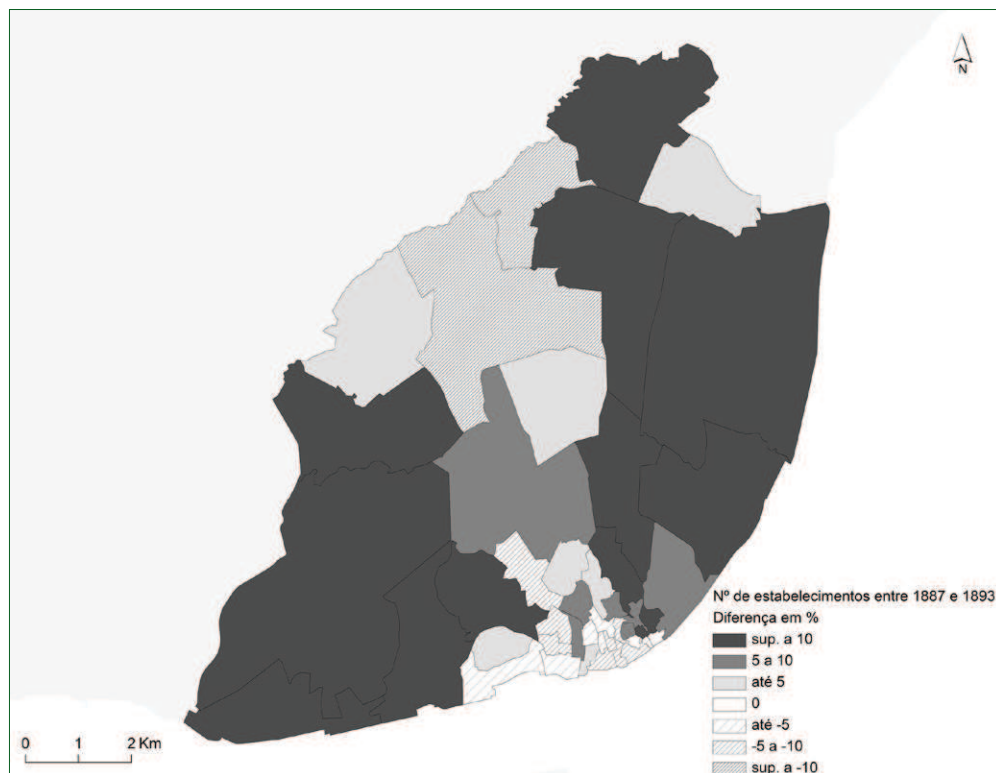


A imagem dada pelo quadro 2 pode ainda ser melhorada pois, na análise ao licenciamento de lojas entre 1887 e 1893, foi possível desagregar os dados ao nível da freguesia. Deste modo, não só se fica com uma noção da distribuição geral do pequeno comércio pela cidade, destacando as zonas de maior densidade de lojas (mapas 1 e 2), como também é viável uma observação mais detalhada dos diferentes ritmos “comerciais” de Lisboa, ou seja, é possível verificar, em concreto, que freguesias é que estavam a perder lojas e aquelas que ganhavam novos estabelecimentos, relacionando depois essa informação com o próprio ritmo de crescimento populacional da capital (mapa 3).

**Mapa 2** - Número de estabelecimentos por freguesias em 1893.



Nos dois momentos observados, a distribuição geral do comércio de porta aberta, aparentemente, não parece ter sofrido grandes alterações. A maior concentração de lojas na zona da Baixa-Chiado, nas freguesias adjacentes e zona ribeirinha, em especial, na parte ocidental de Lisboa, nos dois anos, contrasta com uma zona ainda essencialmente em desenvolvimento urbanístico e, em alguns casos, mesmo predominantemente rural, na qual a densidade de lojas é pouco significativa, em particular, na zona norte (mapas 1 e 2). Esta primeira observação não parece trazer grande novidade em relação ao que tradicionalmente se observa em relação à distribuição do pequeno comércio pela cidade. Contudo, mesmo nesses mapas, é visível que o padrão estava a sofrer algumas alterações, na entrada da década de 1890.



**Mapa 3** - Evolução do número de estabelecimentos entre 1887 e 1893 (%).

É possível verificar então que, em termos relativos, as freguesias centrais estavam a perder dinamismo pois, com a exceção das da Ameixoeira e do Lumiar, que tinham poucas lojas e onde qualquer alteração se refletia numa percentagem de variação elevada, as quebras no número de licenças verificavam-se precisamente na parte central da cidade, na zona da Baixa, no eixo S. Mamede – S. Paulo e em Santos. Pelo contrário, as freguesias envolventes estavam a crescer em número de lojas e esse fenómeno era particularmente evidente na zona oriental da cidade (mapa 3). Esta verificação é reforçada pela observação de alguns casos particulares, como, por exemplo, da freguesia dos Olivais, a que se poderiam juntar ainda as de S. Jorge de Arroios, Anjos, S. Bartolomeu e S. Vicente, onde é possível verificar um significativo aumento, tanto do número de licenças, como dos valores pagos por elas<sup>47</sup>. Ou seja, se, por um lado, o relativo “esvaziamento” populacional da zona central da cidade parecia estar a afetar o pequeno comércio tradicionalmente aí existente, por outro lado, o maior dinamismo demográfico das novas freguesias de Lisboa estava a contribuir para um aumento do número de lojas, para um ritmo mais elevado de expansão do comércio retalhista. No fundo, as mudanças populacionais da cidade levavam a que os lojistas, muito provavelmente, sentissem necessidade de acompanhar a clientela, de acompanhar o que era o crescimento urbanístico e demográfico da cidade.

## Conclusão

A análise feita sobre a evolução do pequeno comércio de Lisboa, leva à elaboração de uma hipótese que pode ajudar na explicação do que se considera ter sido um peculiar posicionamento político dos lojistas

<sup>47</sup> Os casos da Charneca e de Camarate não podem ser destacados por representarem valores absolutos muito pouco representativos, em 1887, para os quais qualquer pequena variação representa imediatamente uma percentagem de crescimento muito elevada.

de Lisboa, no final da Monarquia, por comparação com o estrangeiro. Parecendo, como efetivamente terá ficado demonstrado, que o quadro evolutivo do pequeno comércio de Lisboa é aquele que ficou expresso acima, então, o crescimento observado depois de 1900 vem contrariar, em parte, o que Vasco Pulido Valente supõe ter sido a chave para a compreensão da “súbita ressurreição do PRP” (Partido Republicano Português) depois de 1903: o facto de, “entre o fim dos anos 90 e 1910, as condições económicas das pequenas empresas – tanto industriais, como comerciais – [terem] sofrido uma certa deterioração”, sendo esta suposta crise a explicação para a “militância política”, entre outros, dos lojistas<sup>48</sup>. Ora, não só a suposição de Pulido Valente parece assentar em pressupostos que não se verificam, pelo menos no que às “pequenas empresas” comerciais diz respeito, como a cronologia fundamental para a explicação dessa “militância” parece estar desfasada, devendo recuar cerca de 10 anos e ser procurada numa certa ideia de “crise” que se desenvolveu entre os lojistas de Lisboa, com maior persistência, na década final de oitocentos. Foi nesta década, como se observou, que o comércio de “porta aberta” sofreu com a crise económica e viu diminuir o número de lojas existentes, provavelmente, muitas devido a falências.

Contudo, essa noção que tendia a ver nos políticos e, em última análise, na Monarquia a causa das dificuldades que afetavam os lojistas não derivava somente das condições concretas da economia, era igualmente afetada por um outro conjunto de fatores, uns ausentes ou com pouca influência na elaboração da perceção de crise que os lojistas estavam a construir, outros mais determinantes nesse processo, mas todos importantes para se perceber a ligação privilegiada que os homens do pequeno comércio vão desenvolver, a partir desta altura, ao republicanismo e a evolução diferenciada que essa associação vai apresentar em relação ao que pela mesma altura estava a ser a tendência de alinhamento político maioritária entre os lojistas europeus. Esses fatores passavam pela ausência de um verdadeiro perigo socialista, fruto do fraco desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, de um operariado ainda pouco numeroso e pouco reivindicativo. Passavam igualmente pela ausência de fenómenos de concentração económica no sector comercial que trouxessem aos lojistas uma concorrência desmedida. Passavam ainda por uma vida associativa e por um discurso político que paulatinamente os foi subtraindo da esfera de influência dos tradicionais partidos monárquicos e foi-lhes apresentando o republicanismo como uma “panaceia” para a crise que sentiam nesta altura. Contudo, uma análise detalhada sobre esses fatores não cabe no âmbito deste texto e foi já explorada num trabalho anterior<sup>49</sup>.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES MANUSCRITAS

#### Arquivo Municipal de Lisboa

Licenças para Estabelecimentos de Comércio e Indústria, 1878-1911.

### FONTES IMPRESSAS

ACLL - *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*.

ACLL - *Desagravo do commercio de Lisboa: resposta da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa ao discurso pronunciado na Camara dos Senhores Deputados em sessão de 23 de Fevereiro de 1892 pelo Ex. mo Sr. F. J. Machado*. Lisboa: Typ. e Stereotypia Moderna, 1892.

ACLL - *Relatório e contas de 1887*.

ACLL - *Relatório e contas de 1888*.

---

<sup>48</sup> VALENTE, Vasco Pulido - *O Poder e o Povo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, p. 52.

<sup>49</sup> ALVES, Daniel - *A República atrás do balcão: os Lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia (1870-1910)*. Chamusca: Edições Cosmos, 2012.

ACLL - *Relatório e contas de 1891*.

*Anuário Estatístico de Portugal*.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*. Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1895. (1). vol. I.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*. Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1895. (1). vol. II.

COSTA, João Marques da - *Questão acerca das licenças industriaes ou O árbitrio retorcendo e acalquinando a Lei de 14 de Maio de 1872 documentos que provam a ilegalidade com que a Câmara de Lisboa está cobrando as taxas das licenças municipaes compilados por...* Lisboa: Typographia Universal, 1873.

*Formulario das novas Licenças em que se acha declarado o que annualmente se deve pagar...* Typografia Maignense, 1823.

## IMPrensa

*Comércio de Portugal*, nº. 3783, 28 de fevereiro de 1892.

*Diário de Notícias*, nº. 2414, 8 de outubro de 1872; nº. 2564, 15 de março de 1873; nº. 2566, 17 de março de 1873.

*Diário Popular*, nº. 8793, 27 de outubro de 1891.

*Jornal do Comércio*, nº. 5707, 8 de novembro de 1872.

*O Lojista*, nº. 45, 22 de agosto de 1892.

*O Século*, nº. 3484, 14 de outubro de 1891.

## ESTUDOS

ALVES, Daniel - *A República atrás do balcão: os Lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia (1870-1910)*. Chamusca: Edições Cosmos, 2012.

ALVES, Daniel - *Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX - SIGMA, SIG e Modelação de Dados Aplicados à História de Portugal*. In eSIG2004, VIII Encontro de Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica. Oeiras: USIG, 2004.

COSTA, Mário - *Da Rua Nova à Rua dos Capelistas*. Lisboa: Tip. Soc. Ind. de Tipografia, 1953.

CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard (eds.) - *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*. London: Methuen, 1984.

DENECKE, Dietrich; SHAW, Gareth - Traditional retail systems in Germany. In BENSON, John; SHAW, Gareth (eds.) - *The Evolution of retail systems, c. 1800-1914*. Leicester: Leicester University Press, 1992, p. 76-86.

FAURE, Alain - The grocery trade in nineteenth-century Paris: a fragmented corporation. In CROSSICK, Geoffrey; HAUPT, Heinz-Gerhard (eds.) - *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe*. London: Methuen, 1984, p. 155-174.

FERREIRA, Vítor Matias - *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

LAINS, Pedro - A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos. In MATOS, Sérgio Campos (ed.) - *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX: actas*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 57-79.

MARTINS, Conceição Andrade - Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*. Vol. XXXII, n.o 142 (1997), p. 483-535.

MATA, Maria Eugénia; VALÉRIO, Nuno - *História económica de Portugal: uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

MORRIS, Jonathan - *The political economy of shopkeeping in Milan, 1886-1922*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

NORD, Philip G. - *Paris shopkeepers and the politics of resentment*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1882.

RAMOS, Rui - A crise. In REIS, António (ed.) - *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Alfa, 1996. vol. I, p. 549-566.

- RAMOS, Rui - *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. (História de Portugal, VI).
- RAMOS, Rui - *D. Carlos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- RODRIGUES, Teresa - *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.
- SANTOS, Luís Aguiar - *Comércio e política na crise do liberalismo: a Associação Comercial de Lisboa e o reajustamento do regime proteccionista português, 1885-1894*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- SILVA, Álvaro Ferreira da - *A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930)*. *Análise Social*. Vol. XXXI, n.o 136-137 (1996), p. 599-629.
- VALENTE, Vasco Pulido - *O Poder e o Povo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- WINSTANLEY, Michael J. - *The shopkeeper's world, 1830-1914*. Manchester: Manchester University Press, 1983.